

Questão Agrária e Hegemonia: manejos dos agroecossistemas em um pré-assentamento em Planaltina/DF

Agrarian question and hegemony: Managements os agroecossistemas in a pre-laying in Planaltina/DF

MOURA, L.H.G.¹; MACHADO, L. C. P.²; VILLAS-BOAS L.R.³

Resumo

A questão agrária brasileira foi absorvida pelo discurso hegemônico do agronegócio, transformando a reforma agrária em um programa de resolução de conflitos locais. O lento, porém gradual, abandono da reforma agrária, contou com diversos instrumentos, deslocando os movimentos sociais da guerra de movimento para a disputa dentro da institucionalidade. Uma das materialidade recentes desta estratégia é o o pré-assentamento. Este é um não-lugar criado pelo aparato burocrato-institucional para inviabilizar a conquista das famílias, formando um hiato temporal entre o acampamento e o assentamento. O manejo da agrobiodiversidade nestes pré-assentamentos é baseado em uma situação contraditória: as famílias conquistam o acesso à terra, porém a não regularização do assentamento as privam de acessar qualquer política pública, como assistência técnica, crédito agrícola e programas de agroindustrialização e comercialização. Este manejo é também estruturado a partir do processo de alienação ser humano – natureza, base da falha metabólica da sociedade. Este artigo utilizou a análise-diagnóstico dos sistemas agrários como metodologia para sistematizar os diferentes manejos da agrobiodiversidade realizados pelos trabalhadores rurais do pré-assentamento Oziel Alves II, em Planaltina (DF). A partir desta análise observou-se como a hegemonia da classe dominante, principalmente em seu viés tecnológico-produtivo, adentra a conquista da terra pelos movimentos sociais e conforma o novo território à sua lógica. A compreensão dos movimentos hegemônicos e suas debilidades são fundamentais para a construção da autonomia camponesa do futuro assentamento e de um bloco contra hegemônico. Três eixos se apresentam como prioritários para alcançar esse objeto: a cooperação, a agroecologia e a comercialização solidária.

Palavras-chave: reforma agrária; hegemonia; falha metabólica; pré-assentamento; agroecologia

Abstract

The Brazilian agrarian question was absorbed into the hegemonic discourse of agribusiness, transforming the land reform in a local conflict resolution policy. The slow but gradual abandonment of land reform, included a variety of instruments, shifting the social movements of the “war of movement” to the institutional dispute. The pre-settlement is one of the recent materiality from this strategy. This is a non-place created by the institutional bureaucrat apparatus to derail the families achievement, forming a space-time gap between the camp and settlement. The agrobiodiversity management in a pre-settlement land reform is based on a contradictory situation: families gain access to land, but the non-regularization of the settlement are depriving them of access any public policy, such as technical assistance, agricultural credit

1 Luis Henrique Gomes de Moura, MSc em Agroecossistemas Universidade Federal de Santa Catarina- correio eletrônico: zarref@gmail.com

2 Luis Carlos Pinheiro Machado, Professor Titular aposentado da Universidade Federal Rio Grande do Sul.

3 Rafael Litvin Villas-Boas, Professor da Universidade de Brasília Faculdade de UnB Planaltina

and agroindustrialization programs and commercialization. This treatment is also structured from the alienation process of human being - nature, base of society metabolic failure. This article used the analysis-diagnosis of agricultural systems to systematize the different agrobiodiversity management made by rural workers in the pre-settlement Oziel Alves II in Planaltina (DF). From this analysis it was observed how the hegemony of the ruling class, especially in technological-productive core, it involves the conquest of the working class and conform the new territory to its logic. The understanding of the hegemonic movements and their weaknesses is fundamental to the construction of peasant autonomy of the future settlement of a counter-hegemonic block. Three axes are presented as priorities for achieving this object: cooperation, agroecology and partnership marketing. .

Key words: agrarian reform; hegemony, metabolic failure, pre-settlement, agroecology

Introdução

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo, e segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2009), o índice de Gini¹ da concentração de terras no Brasil está estabilizado há mais de 20 anos em 0,857. Apesar desta triste realidade, ainda não foi realizada uma efetiva reforma agrária, e o que experimentamos é apenas uma débil e limitada política de assentamentos (PEREIRA, 2004; FERRANTE, 1988).

A resistência à reforma agrária por grande parte da elite brasileira não se restringiu à repressão institucional ou privada ao ato da ocupação de latifúndios, mas valeu-se também da tentativa de criminalizar os movimentos sociais do campo. Entretanto, essa não é a única tática de ação do Estado, após algumas décadas de importantes conquistas por parte dos movimentos de trabalhadores sem terra, a classe dominante conseguiu reorganizar o Estado e suas instituições para neutralizar o processo de luta, transformando a conquista da terra em uma derrota ao longo prazo.

Atualmente, as famílias organizadas devem avaliar se ocupam ou não um latifúndio improdutivo, visto que, se ocupado, esse imóvel poderá ficar sem vistoria² por dois anos ou mais.

Com a ocupação, além da repressão de milícias privadas ou das forças repressivas do Estado, as famílias deverão iniciar uma exaustiva negociação com o INCRA, que passará desde a pressão para aquisição da área pelo órgão até a realização do licenciamento ambiental prévio e a liberação do crédito instalação. É justamente neste período de criação do assentamento onde se concentra a força burocrático-institucional do Estado para desmobilizar o processo de luta. Assim, um fenômeno tem surgido com mais frequência na última década: o pré-assentamento ou assentamentos precários.

O pré-assentamento se constitui em um momento em que as famílias conquistam a terra, mas não têm o assentamento legalizado. Já o assentamento precário é um espaço já criado pelo Estado, mas sem nenhum acesso às políticas públicas, que aguardam os encaminhamentos burocrático-institucionais do Estado para sua implementação.

Diante deste impasse materializado em território, chamado pré-assentamento, recorrente na região do Distrito Federal e Entorno (área de abrangência da Superintendência Regional 28 do INCRA), este trabalho buscou compreender como a hegemonia adentra esses territórios e quais os impactos desta nas formas produtivas das famílias. Identificar e analisar os processos que ocorrem no pré-assentamento é fundamental para a definição da tática a ser usada pelas organizações sociais para estruturar um

processo contra hegemônico, atuando justamente nos pontos fracos da hegemonia.

Para identificar essa hegemonia e seus mecanismos, este trabalho escolheu como área de estudo a unidade produtiva (UP). É no manejo da unidade produtiva que os reflexos da opressão e da proposta hegemônica se evidenciam. A partir da análise da UP é possível perceber os processos de resistência, a relação com os meios de produção, dentre vários outros determinantes. E, fundamentalmente, pode-se identificar e compreender um processo central para o capitalismo: a alienação ser humano – natureza. Estes são elementos decisivos para fundamentar a definição de uma estratégia contra hegemônica pelos movimentos sociais.

Reforma Agrária: a questão agrária na atualidade

A evolução dos sistemas agrários é fruto de inúmeros estudos e de grande complexidade histórica e sociológica. O desenvolvimento das forças produtivas e o embate entre diferentes classes levaram à sucessão dialética de sistemas agrários, passando pelo Sistema de Cultivo de Derrubada-Queimada, Sistemas Hidráulicos, com Pousio e Cultivo com Tração Leve e o Sistema de Pousio e Cultivo com Tração Pesada (MAZOYER; ROUDART, 2010). Se os sistemas derrubada-queimada são à base de modo de produção primitivo e os sistemas hidráulicos do modo de produção que foi definido por Marx genericamente como asiático, os sistemas com pousio e cultivo com tração leve são à base do modo de produção escravista, com destaque para o Império Romano (MOURA, 2010).

As relações de trabalho específicas do modo de produção feudal e o desenvolvimento das forças produtivas até meados do século X permitiram uma revolução agrícola que definiu a hegemonia de um novo sistema agrária, o Sistema de Pousio e Cultivo com Tração Pesada. Juntamente com a acumulação primitiva realizada a partir das rotas comerciais, essa é a base material da ascensão do modo capitalista³. E é também onde se funda a questão agrária moderna.

O campesinato verdadeiramente pluriativo⁴, sufocado pelo bloqueio à comercialização de troca de sua infinidade de materiais (roupas, ferramentas, pequenos móveis, produtos agropecuários de diferentes níveis de beneficiamento), transformou-se em agricultor puro (KAUTSKY, 1968), subordinado, logo em seguida, à indústria (com seu tempo e demanda de escala próprios). Gradualmente as comunidades territoriais camponesas foram destruídas, dando lugar às propriedades privadas (KAUTSKY, 1968; MAZOYER; ROUDART, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2008).

Essa dinâmica da luta de classes aliada com o desenvolvimento tecnológico (implementos melhores e manejo de culturas inovador, com leguminosas), possibilitou o surgimento do sistema agrário sem pousio. Da especialização suscitada desse sistema, que desatrelou componente animal do vegetal, consolidou-se a divisão social na agricultura e a sua subsunção real da mesma à indústria.

A questão agrária moderna, portanto, se dá a partir da luta pela ocupação/resistência territorial entre o campesinato, os latifundiários (nobreza) e os arrendatários (burguesia agrária) (AMIN; VERGOPOULOS, 1977; KAUTSKY, 1968). O campesinato, com sua produção artesanal, escala reduzida e diversidade de produtos, se viu em profunda desvantagem frente às vastas extensões de terras, que viabilizavam a aquisição de maquinário a vapor, a divisão técnica interna do trabalho (humano e animal) e o escoamento da produção via ferroviária. Por sua vez, o latifundiário também estava fadado à extinção, visto que grande parte do seu capital estava imobilizado na propriedade da terra, enquanto ao burguês agrário cabia apenas pagar a renda da terra, permitindo a flexibilidade ideal para o capital.

Apesar das previsões (inclusive do próprio Kautsky), essa luta entre frações de classes não desintegrou o campesinato, embora o tenha atingido brutalmente. O tema da resistência do campesinato é alvo de grandes polêmicas, que aqui não serão abordadas. Nosso interesse, aqui, é apenas colocar o pano de fundo histórico para outro elemento da questão agrária: a renda da terra.

Muito acusou-se Marx de negligenciar a questão camponesa e a questão agrária de maneira geral (ABRAMOVAY, 1992). No entanto, essa é uma verdadeira injustiça. Seja com o longo trabalho acerca da complexa renda fundiária, seja pela definição de metabolismo, a contribuição de Marx para a reflexão agrária é extraordinária. Da eclosão de sua extraordinária teoria, a Crítica da Economia Política, que teve sua fagulha inicial na defesa dos camponeses (MUNCHEN, s.d.) a seus rascunhos finais, alguns presentes no *Grundrisse* (FOSTER, 2005), passando por documentos pessoais, como as caras que trocou com militantes russos sobre a experiência camponesa do *mir* (PORTO-GONÇALVES, 2008), demonstram que a questão agrária estava constante no pensamento crítico de Marx, na sua forma de compreender a dinâmica do sistema capitalista e, até mesmo, na sua visão de como seria o mundo pós-capitalismo.

Após esse “acerto de contas”, adentremos a renda da terra. De forma bastante sintética, a renda da terra está baseada na finitude do principal meio de produção: a terra. O capitalista agrário possui uma vantagem clara sobre o capitalista industrial: ele possui um controle maior sobre os preços dos produtos que extrai desse meio de produção – pelo menos até o presente, o que tende a se alterar com o avanço de uma possível subsunção real da agricultura ao capital financeiro. A renda da terra é, pois, esse ganho extraordinário, além da taxa de lucro, sobre a artificialização do preço da produção.

Resumidamente, a renda fundiária de decanta em três rendas: absoluta, diferencial I e II. A absoluta, segundo Graziano da Silva (1980), é toda a parcela da mais valia gerada pelos trabalhadores que excede o lucro médio, sendo alvo de disputa entre os capitalistas agrários e os industriais. A renda diferencial, se divide em duas: a diferencial I que deriva não só do monopólio da terra, mas também das suas características heterogêneas (características naturais, como fertilidade natural do solo, e proximidade de infraestrutura), enquanto a diferencial II resulta da inversão de capital na propriedade, visando o desenvolvimento/apropriação de tecnologias inovadoras.

A renda diferencial I pode ser ilustrada atualmente com a clássica expansão da fronteira agrícola brasileira. As mudanças no código florestal brasileiro, que potencialmente liberam cerca de 47 milhões de hectares para serem incorporadas na agropecuária (IPEA, 2011), são a materialidade do vigor da teoria da renda fundiária como chave para leitura das questões atuais. Igualmente podemos dizer sobre a renda diferencial II, que explica a progressiva exclusão de agricultores camponeses nesse período de modernização conservadora da agricultura “familiar” (TEIXEIRA, s/d; CAPORAL; COSTABEBER, 2007⁵; PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2001).

Compreendemos a renda fundiária para retornarmos a questão agrária e seu dilema mais contemporâneo: a reforma agrária. Oras, devido a essa capacidade de artificializar os preços dos produtos agropecuários e à tendência capitalista à monopolização (AMIN; VERGOPOULOS, 1973), desprezada por Kautsky, o custo de vida aumentou drasticamente nos países europeus, o que prejudicava a mais-valia extraída pelo capital industrial, hegemônico. Esse problema preconizou outro, mais profundo e de caráter estrutural.

O capital tende a mover-se para as atividades que multipliquem em maior quantidade e no menor espaço de tempo o próprio capital. A concentração fundiária e a conseqüente elevação da renda da terra criariam, segundo Amin e Vergopoulos (1973), uma atrofia nos demais setores das economias nacionais,

estagnando o desenvolvimento capitalista do país. É diante destas contradições do latifúndio diante do desenvolvimento capitalista que Lenin (1905) chega a afirmar que a nacionalização da propriedade privada no meio rural seria de interesse direto da burguesia.

Como essa nacionalização fere os interesses de classe da burguesia, desenvolveu-se uma alternativa intermediária: a reforma agrária. A reforma agrária, além de dinamizar toda a economia por consolidar um mercado consumidor importante, facilita imensamente a extração da renda da terra por parte do Estado. Os camponeses suportam imensas pressões geradas por essa extração, como as políticas estatais de financiamento da produção (AMIN; VERGOPOULOS, 1973).

O ensaio de Kay (2002) ilustra de forma extraordinária essa função da reforma agrária (embora não se utilize da categoria renda fundiária explicitamente). Seu trabalho compara o desenvolvimento da Ásia Oriental (focando Taiwan, Coréia do Sul e Japão) com o da América Latina, tomando-as no pós 2ª guerra mundial. A conclusão é a superação da primeira sobre a segunda, e o eixo desta diferenciação está na realização da reforma agrária nos países asiáticos, enquanto a América Latina manteve, na maioria dos países, uma estrutura agrária concentrada.

Porém, a implementação da reforma agrária se deu de diferentes formas, de acordo com a luta de classes em cada país. No Brasil, esse avanço progressista encontrou contundente resistência dos latifundiários, que a impediram de acontecer, utilizando-se de instrumentos de consenso (tendo como principal pilar a mídia) e de coerção (como a última ditadura militar). Assim, ela transformou-se de tática burguesa para estratégia da classe camponesa e operária.

Essa bandeira transformadora foi empunhada por vigorosos movimentos sociais, dentre eles as Ligas Camponesas e, mais recentemente o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). É esse movimento que, alicerçando sua análise na tese Caio Prado de que a burguesia brasileira não fará a reforma agrária (STEDILE, 2002), vai capitanear a fórmula da Reforma Agrária Popular. É a reforma agrária arrancada do Estado, mas que avança da distribuição da terra para a transformação das dimensões políticas, econômicas e culturais dos territórios conquistados. O principal instrumento de pressão do MST é a ocupação de propriedades improdutivas, gerando os acampamentos, os quais, após a conquista da terra, se transformam em assentamentos. Essa dinâmica da luta social pela terra já é largamente conhecida, mas cabe-nos aqui reforçar uma tese: o assentamento é, na verdade, um impasse: é um espaço conquistado pelos sem terra, que geralmente estão organizados em movimentos sociais camponeses, os quais, por sua vez, possuem um projeto de sociedade para além da simples distribuição de terras. Porém, esse espaço é constituído e assegurado pela legalidade do Estado. Ou seja, é uma mediação feita pelo Estado entre a luta popular por reforma agrária e a defesa da ordem estabelecida pelos proprietários de terras (PEREIRA, 2004; SPCMA, 2007).

Porém, a luta de classes no campo brasileiro sofreu uma mudança de qualidade a partir do final da década de 90: consolidou-se o agronegócio como nova fração da burguesia. Com o avanço da hegemonia do agronegócio, o que, de maneira geral, foi também positivo para a burguesia agrária latifundiária, até mesmo essa mediação do Estado se tornou precária. E essa precariedade se metamorfoseou em uma nova realidade para a luta dos sem terra: o pré-acampamento. O pré-assentamento é uma condição transitória, sem existência jurídica definida, onde as famílias estabelecem-se em unidades produtivas organizadas pelos próprios movimentos sociais, e, por conta dessa não legalidade, não podem acessar nenhuma política pública destinada à reforma agrária (MOURA; LOMBARDI, 2009).

As famílias do pré-assentamento se encontram em uma situação de vácuo. A família se vê e é vista como assentada, devendo responder ao coletivo, à sociedade e aos aparelhos ideológicos do Estado como tal. No entanto, ao não acessar as políticas públicas, a família se encontra em uma situação de insegurança financeira, sempre dependendo do êxito completo da lavoura sazonal e da permanência na área (seja pela conquista definitiva, seja pela não realização de um despejo).

Observando a dinâmica deste impasse, pode-se compreender melhor suas origens. As ocupações e marchas, instrumentos que tiveram grande efeito na década de 90 do século XX, são ações típicas da guerra de movimento, nas definições de Gramsci (CARNOY, 1988). Como essas ações estão sob a organização de um movimento social bem organizado, que possui como um de seus objetivos a transformação da sociedade, se configuram inclusive como ações contra hegemônicas. O próprio pré-assentamento Oziel Alves II, que será apresentado posteriormente, demonstra esse potencial: na ocupação estavam no auge de sua organicidade, conseguindo a façanha de construir um elaborado Plano de Desenvolvimento do Assentamento, comportando 168 famílias, sem qualquer aporte financeiro do Estado.

Para manter a hegemonia, a burguesia agrária e financeira (tanto latifundiários quanto o agronegócio) articulou, junto ao Estado brasileiro, um considerável processo institucional que objetivou trazer os movimentos sociais do campo da guerra de movimento para a guerra de posição, inclusive estancada na burocracia estatal. Diante das massas potencialmente ativas, o Estado instituiu a *revolução passiva* como tática para impedir o desenvolvimento do potencial revolucionário destas (CARNOY, 1988).

De fato, ao longo da segunda metade da década de 90 do século XX e a primeira década do século XXI, o Estado conseguiu institucionalizar a reforma agrária em níveis inéditos. A urgência das lutas metamorfoseou-se no tempo da burocracia dos gabinetes de órgãos e autarquias federais e estaduais. Dois exemplos claros dessa movimentação do Estado brasileiro são a Medida Provisória 2.183/01, a qual visou bloquear as ocupações de terra, impedir a participação de militantes dos movimentos sociais e impedir o apoio à luta por parte de entidades e instituições (MOURA; LOMBARDI, 2010); e o licenciamento ambiental específico para assentamentos, criado em 2001 (MOURA, 2010).

Ambos os marcos legais tem reflexo direto na construção histórica do não lugar pré-assentamento. Adicionadas a outras especificidades e movimentos do Estado em sua revolução passiva, elas definitivamente impossibilitam um rápido processo de mobilização e conquista. Ao contrário, introduzem um rito burocrático-institucional para o qual os movimentos sociais não estão preparados, nem possuem instrumentos adequados para esse tipo de batalha.

Falha metabólica e a agricultura contemporânea

Como visto anteriormente, o marco central da revolução agrícola moderna se dá no momento em que os componentes animal e vegetal se dissociam (MAZOYER; ROUDART, 2010), permitindo a especialização da agricultura e sua subsunção formal à indústria (FOSTER, 2005; GRAZIANO DA SILVA, 1980). Para além dos efeitos ecológicos diretos oriundos dessa separação, há um que é profundo na formação do ser humano contemporâneo: a alienação ser humano-natureza. A transformação da subsunção formal em real agudiza esse processo de apartamento do ser humano com a natureza, separando o ser humano “urbano-industrial” do ser humano “rural-industrial” (trabalhador rural) e camponês. Segundo Meszáros (2006), fazer da terra um negócio foi o último passo para fazer de si mesmo objeto de negócio.

O golpe definitivo para a alienação ser humano-natureza se dá com a ruptura metabólica entre campo e cidade. Do que se trata isso? Retornando na história, a sociedade feudal era praticamente hermética,

produzindo seus alimentos e ciclando seus dejetos e rejeitos no mesmo território. À medida que os burgos se transformaram em clusters capitalistas e a agricultura capitalista da grande exploração se consolidou, a dissociação entre campo-cidade se fundou.

Por exemplo, a matéria orgânica, que antes se perdia muito pouco no território feudal, passou a ter um fluxo linear: adubo animal fertilizava lavouras cada vez mais extensas, as quais se transformavam em matérias-primas para bens diversos (da comida à vestimenta, passando pelo combustível) e que, seja como excedente, seja como dejetos, seguia para os esgotos urbanos e para os rios (HOWART, 2007; FOSTER, 2005).

A categoria metabolismo é então explicada por Marx, atento a essas questões da sua época. O metabolismo marxista nasce como troca material imediata, mas amadurece para uma elaborada e complexa relação entre ambientes e seres humanos, incluindo questões como a conservação de energia (FOSTER, 2005).

O metabolismo é a real e complexa interação entre a natureza e o ser humano (BARREIRA, 1991). O ser humano é mais um ser da natureza, mas é o único que consegue transformar essa própria natureza de forma crítica – é a coexistência ser humano-natureza. O ser humano não é nem humano, nem natural apenas, mas ambas as coisas ao mesmo tempo (MESZÁROS, 2006).

À medida que o sistema capitalista avançou no seu processo de acumulação primitiva, de divisão social do trabalho e de concentração urbano-industrial, ocorreu uma ruptura entre esse metabolismo, que ainda existia, apesar de não em completude, no sistema feudal. O ser humano passou a ver o campo produtivo como extensão da fábrica, e a natureza “refugiou-se” em áreas “intocadas”, recantos sagrados de uma natureza selvagem (DIEGUES, 2008).

É sobre essa alienação (que de maneira alguma está restrita à dimensão individual, mas sim expressa sua maior força na sociedade) que se erige a agricultura moderna. Não há mais vínculos metabólicos, coevolução com a natureza, mas somente expropriação de um conjunto de materiais inertes, correntemente denominados “recursos naturais”. Esse processo desencadeou uma série de crises agrícolas, devido à exaustão da fertilidade dos solos ingleses e espanhóis, por exemplo (FOSTER, 2005).

Quando o limite produtivo da fórmula primeira do capitalismo agrícola estava se esgotando, um salto de qualidade se deu, engendrado entre a última década do século XIX e a primeira metade do século XX. Três elementos foram centrais: o desenvolvimento de maquinário a base do motor a explosão; o desenvolvimento de adubos sintéticos de alta solubilidade e dos agrotóxicos; a consolidação de um mercado de sementes, com posterior desenvolvimento das sementes híbridas (MAZOYER; ROUDART, 2010). A esse salto de qualidade convencionou-se chamar Revolução Verde.

Porém, essas novidades tecnológicas foram apropriadas de formas diferentes, de acordo com as condições objetivas (e, em certos lugares, também subjetivas) de cada território. Segundo Reijntjes; Haverort; Walters-bayer (1999), podemos dividir a agricultura pós-revolução verde em duas: a Agricultura Intensiva de Insumos Externos e a Agricultura de Baixo Uso de Insumos Externos.

Incorporando o alerta de Pinheiro Machado (2004), de que é um erro conceitual considerar qualquer forma de agricultura como um sistema fechado, independente de insumos externos, esse trabalho adaptou a nomenclatura para Agricultura Intensiva de Insumos Químicos Industriais (AIIQI) e Agricultura de Baixo Uso de Insumos Químicos Industriais (ABUIQI).

A AIIQI é a agricultura dependente essencialmente de recursos não renováveis, tais como petróleo e

fosfatos. Demanda altas somas financeiras para viabilizar seu itinerário técnico (GONÇALVES; SOUZA; FERREIRA, 2008) e seus produtos finais geralmente são *commodities*. É a forma hegemônica de produção agropecuária na atualidade.

Porém, a realidade da maioria das explorações agrícolas da América Latina encontra-se baseada na ABUIQI (REIJINTJES; HAVERORT; WALTERS-BAYER, 1999). É caracterizada pela utilização irregular do itinerário técnico da revolução verde. É fruto da contradição da modernização conservadora, que tem como base a manutenção da concentração fundiária, a concentração tecnológica e as desigualdades sociais, especialmente no campo.

Sistemas produtivos no pré-assentamento Oziel Alves II: manejo da agrobiodiversidade e meios de produção na construção do sistema agrário local

Em maio de 2002 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra promoveu a ocupação da Fazenda Larga, localizada em Planaltina, Distrito Federal, a qual se encontrava desocupada e abandonada. Após seis meses de ocupação, as próprias famílias acampadas decidiram ocupar toda a extensão da fazenda, que é de 2.317,8 hectares. Com o coletivo de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA), organizado pelo MST, construiu-se uma proposta de ocupação, baseada nas relações sociais e nas características ambientais da área, sendo que cada unidade produtiva passou a contar com 07 hectares (a reserva legal foi definida coletivamente, em área contígua).

A partir da análise da paisagem, feita de maneira empírica por meio de visitas às áreas, constatou-se que os recursos hídricos são escassos no domínio do pré-assentamento. A maior parte da fazenda teve a vegetação natural totalmente suprimida. Na paisagem, predomina a pastagem abandonada (*Brachiaria* sp.), com esparsos arbustos de regeneração espontânea do cerrado. A região destinada para Reserva Legal (aproximadamente mil hectares) possui vegetação nativa, predominantemente cerrado stricto sensu bem preservado.

As famílias são originárias do Distrito Federal e cidades do entorno, ou já estão nesta região há mais de 05 anos. No geral, possuem origem rural, como meeiros, vaqueiros, bóias-fria ou empregados de serviços gerais e temporários na zona rural.

O único levantamento realizado no pré-assentamento (MST, 2003) apresenta uma população de 722 pessoas, sendo a distribuição sexual equilibrada (50% homens, 50% mulheres). A ampla maioria (72%) não cursou além da 4ª série do ensino básico, sendo que 34% de todas as pessoas declararam-se analfabetas.

Para compreender as relações de produção e manejo da agrobiodiversidade no pré-assentamento, e daí extrair as influências hegemônicas e construções contra hegemônicas, este trabalho está alicerçado, principalmente, no marco teórico do Sistema Agrário e nas metodologias correlatas para a análise destes sistemas. Segundo Khatounian (2001), sistema agrário:

Refere-se ao conjunto de estruturas físicas e sócio-econômicas do setor rural de determinada região. Por estruturas físicas entende-se o solo e sua ocupação, a forma como as propriedades são cortadas no relevo, as estradas, armazéns, máquinas etc. As estruturas sócio-econômicas incluem a organização social e política, as formas e comercialização e ou vinculação com mercado etc. (KHATOUNIAN, 2001, p. 88)

Portanto, o sistema agrário de uma determinada região, município ou nação é a materialidade da

relação entre o ser humano e a natureza local, relação que utiliza os demais meios de produção (trator, tração animal, sementes etc.) para gerar a acumulação camponesa ou a mais-valia dos proprietários latifundiários.

A partir dos estudos da realidade do pré-assentamento, definiram-se tipologias, alicerce da análise-diagnóstico (MAZOYER, 1987). A tipologia foi definida a partir de diálogos sistemáticos e informais estabelecidos com informantes-chave, que foram os militantes das instâncias organizativas do pré-assentamento. Estes diálogos evidenciaram os principais gargalos encontrados na produção agropecuária do assentamento. Os gargalos consensuais foram o acesso a crédito, à assistência técnica e a posse de meios de produção “adequados” (trator, sementes melhoradas, agrotóxicos).

Optou-se por criar uma tipologia dos agricultores, ao invés de tipologia dos sistemas de produção (SPCMA, s.d.), embora esta última esteja presente na análise das informações recolhidas no trabalho de campo. A tipologia definida foi a de pré-assentados que possuam meios de produção modernos (Trabalhadores Rurais que possuem Meios de Produção – TRMP) e pré-assentados sem meios de produção modernos (Trabalhadores Rurais Desprovidos de Meios de Produção – TRDMP).

Como a própria metodologia da análise-diagnóstico orienta (MAZOYER, 1987), não foi constituída uma amostragem com bases estatísticas, mas sim uma amostragem que garantisse a representatividade de ambas as tipologias pré-definidas. A distribuição final foi:

TRMP:

Unidade de Produção 01 – núcleo de base 13 – Donos de um trator Massey-Ferguson de 1983, com grade, plantadeira e batedeira;

Unidade de Produção 02 – núcleo de base 09 – Donos de um caminhão Ford F-4000 de 1990;

TRDMP:

Unidade Produtiva 03 – núcleo de base 15;

Unidade Produtiva 04 – núcleo de base 13;

Unidade Produtiva 05 – núcleo de base 06;

A análise do manejo da agrobiodiversidade da unidade produtiva deve considerar as interações entre os subsistemas e os sistemas de produção, observando principalmente as relações de concorrência entre as espécies vegetais e animais pelos recursos naturais disponíveis, de sinergia ou de complementaridade relativas à utilização de recursos, a distribuição e repartição da força de trabalho e dos meios de produção entre os diferentes subsistemas de produção (temporal, espacial, de gênero e geracional) e o fluxo de renda monetária e não-monetária da produção. Portanto, é um conceito que apresenta diferença de acordo com a região, com a identidade dos camponeses, com a força política ou com o isolamento de certos grupos sociais (MACHADO; VIDAL, 2007).

A partir da análise-diagnóstica das duas tipologias definidas (TRMP e TRDMP) foi possível observar determinantes estruturais que forjam a realidade do pré-assentamento. Também possibilitam compreender com algum detalhamento como esse território é, na verdade, um campo de batalha entre a hegemonia e as resistências (organizadas ou subjetivas) contra hegemônicas.

A primeira diferenciação encontra-se no marco da intensidade da exploração das unidades produtivas.

A exploração agrícola da unidade produtiva é parcial nas três famílias que estão categorizadas na TRDMP. Por sua vez, as duas famílias que estão categorizadas na TRMP exploram áreas além dos limites de sua unidade produtiva, o que aponta uma tendência de que a posse dos meios de produção seja determinante para a intensidade de exploração das UPs.

Com relação aos sistemas produtivos identificados, com exceção da família da UP 05, todas as UP têm sua centralidade na produção de feijão e milho. O sistema de produção é muito similar entre as UP, baseando-se no manejo convencional do solo, com utilização de mecanização para revolvimento do solo, na utilização de fertilizantes solúveis e de agrotóxicos. As sementes normalmente são de origem crioula.

A exceção é a UP 02, que fez uma importante intervenção no sistema de produção, inserindo o componente adubo orgânico em substituição aos fertilizantes químico-industriais. Esta alteração já possibilitou a família a planejar outra intervenção, o plantio direto. Entretanto, os demais elementos (agrotóxicos e utilização parcial de sementes híbridas) ainda fazem parte do itinerário técnico.

Ambos os sistemas de produção (feijão e milho) possuem o itinerário técnico classificado dentro da ABUIQI. Os instrumentos do modelo tecnológico hegemônico são utilizados principalmente para resolver o binômio *manejo da Braquiária/aumento da fertilidade do solo*.

O manejo da Braquiária é feito por meio do revolvimento do solo e a utilização de agrotóxicos. Normalmente o revolvimento do solo busca descompacta-lo e tornar mais fácil o plantio das sementes, porém no caso do pré-assentamento Oziel Alves II este manejo se dá principalmente com o objetivo de controlar a Braquiária. Os próprios agricultores reconheceram, nos diálogos realizados, que a Braquiária possui um desenvolvimento muito mais acelerado nas áreas revolvidas, porém não conseguem visualizar alternativas de controle.

Mais recentemente, a partir do ligeiro aumento de renda de algumas famílias, iniciou-se a utilização de herbicidas. O baixo preço destes associa-se diretamente à facilidade de seu uso e a redução drástica da penosidade do trabalho ou do emprego de maquinário para o controle das espécies vegetais indesejáveis. Já o manejo da fertilidade do solo é feito mediante a inserção de fertilizantes químicos solúveis (com raras exceções, como a UP 02), sem qualquer rigor técnico (análises de solo preparatórias ou quantidades especificadas para cada cultura). Por sua vez, a utilização dos inseticidas pode ser tida como errática. Algumas famílias utilizam de forma “preventiva”, para evitarem uma infestação maior. Outras utilizam apenas quando a infestação é classificada como preocupante (algo em torno de 30% da cobertura foliar danificada).

Uma característica, no entanto, é comum a todas as UPs (excetuando-se a 05): a determinação não só dos produtos, mas de parte do itinerário técnico é feito pelo capital comercial, materializado nos técnicos das casas agropecuárias – os quais se quer conhecem as UPs do pré-assentamento. As famílias estão submetidas a sérios riscos de saúde, com utilização até mesmo de organofosforados, além de debilitar seriamente o agroecossistema e o meio ambiente próximo.

Os elementos já apontados anteriormente confirmam a classificação do sistema produtivo dominante no pré-assentamento como ABUIQI. Essa afirmação se corrobora ao comparar os custos de produção das UPs com os custos de produção de um modelo da AIIQI, desenvolvido pela EMATER/DF (tabela 01). Com este parâmetro, percebe-se que os elevados custos da AIIQI estão consideravelmente acima dos custos de produção das UPs sistematizadas.

Ainda no marco da relação custo/produtividade, deve-se observar que os custos de produção entre as

Tabela 01: Comparação entre o custo de produção nas UPs e na AIQI

Unidade Produtiva	Custo de Produção (por hectare)	
	Milho	Feijão
UP 01	R\$ 462,54	R\$ 1.156,00
UP 02	R\$ 444,50	R\$ 110,13
UP 03	R\$ 522,05	R\$ 1.105,53
UP 04	R\$ 108,67	R\$ 445,00
UP 05	R\$ 137,50	R\$ 445,00
AIQI ¹	R\$ 2.088,20	R\$ 2.476,31

¹Valores disponibilizados pela EMATER DF para a safra 2008/2009

UPs 01 (R\$ 462,54/hectare) e 02 (R\$ 444,50/hectare) não possui diferença relevante. Entretanto, a produtividade possui considerável diferença, sendo 100 sacos de milho não beneficiado por hectare na UP 01 e 233 sacos de milho não beneficiado por hectare na UP 02, o que supõe-se ocorrer pela utilização do composto orgânico por esta última UP.

A diversidade genética de variedades locais é pode ser considerada relevante. A tabela 02 sintetiza as variedades crioulas identificadas, bem como a diversidade de espécies arbóreas existentes nos quintais. Aqui se destacam as UPs 03 e 05, ambas TRDMP, cada qual com sua prática de conservação de variedades (no primeiro caso, de milho, e no segundo, de feijão). No entanto, a UP 02 apresenta um padrão de diversificação elevado para sistemas especializados, apontando para a utilização da agrobiodiversidade como estratégia de composição da renda, além de se apresentar como estratégia de equilíbrio da renda, frente à redução do preço de um ou outra variedade.

Tabela 02: Relação de variedades utilizadas nas unidades produtivas

Cultura	UP 01	UP 02	UP 03	UP 04	UP 05
Feijão	02	03	01	02	07
Milho	02	04	06	01	01
Amendoim	-	02	-	-	-
Abobora	01	03	01	01	02
Mandioca	01	03	-	01	02
Espécies arbóreas	20	25	25	20	45

Enquanto as UPs 03 e 04 apresentaram baixa diversidade de subsistemas, as UPs 01, 02 e 05 (que possuem meios de produção ou renda externa) apresentaram importante diversidade de subsistemas (Tabela 03). Ressalta-se a criação de aves, presente em todas as UPs, que é uma alternativa produtiva as famílias nos períodos de seca.

Verificou-se também a presença recorrente de um subsistema mandioca. A partir dos diálogos, concluiu-se que a mandioca é tida como uma reserva econômica da unidade produtiva. Seu plantio não requer altos investimentos, não necessita de tratamentos culturais e sua colheita pode ser retardada por um período maior de tempo que outras lavouras.

De maneira geral, as culturas secundárias possuem grande potencial de assumirem participação importante na produção da UP, pois apresentaram boa produção com baixo investimento de capital. No entanto, a dificuldade de comercialização dos produtos destes subsistemas os mantém destinados exclusivamente para consumo familiar, consolidando o viés especializado das UPs em lavouras de feijão/milho.

O vácuo se preenche... com a hegemonia

É no pré-assentamento que a “fratura” social exposta pela questão agrária e pela falha metabólica fica mais evidente. A sua existência já é a concretização do abandono de qualquer política de reforma agrária, mesmo as mais questionáveis. E, como é possível visualizar a partir das unidades produtivas analisadas, essa situação de vácuo na qual se encontram as famílias é muito favorável ao avanço do modelo produtivo-tecnológico hegemônico: o AIQI.

A categoria hegemonia⁶ é estrutural para a análise materialista, histórica e dialética da realidade identificada nas unidades produtivas do pré-assentamento Oziel Alves II. Diferentemente das análises realizadas em assentamentos estruturados, com acesso às políticas públicas voltadas para o meio rural (PRONAF, ATES etc.), não há a ingerência direta dos instrumentos estatais na constituição da realidade do pré-assentamento. Alguns elementos podem ser destacados como ilustradores da força da hegemonia dominante, chamada neste trabalho como AIQII ou comumente conhecida como agronegócio.

Tabela 03: Subsistemas identificados nas UPs

	Culturas principais	Culturas secundárias	Total de subsistemas
UP 01	Milho e Feijão	Cana-de-açúcar, banana, maracujá, aves, horta, mandioca	11
UP 02	Milho	Amendoim, melancia, feijão, mandioca, aves, suínos, abóbora	12
UP 03	Feijão	Milho, aves, horta	8
UP 04	Feijão e milho	Mandioca, aves	8
UP 05	Milho	Feijão, pequenas criações (aves, suínos e caprinos), horta medicinal, abóbora	7

As principais lavouras desenvolvidas em Planaltina/DF são soja, milho e feijão, nesta ordem (CODEPLAN, 2010). As duas últimas são também as lavouras predominantes no Oziel Alves II, sendo que a soja não foi identificada em nenhuma UP estudada. A lavoura de milho cumpre um papel central em todas as unidades produtivas, possuindo múltiplos usos – geração de renda, ração animal, alimentação das famílias. Apesar de apontar alguma relação com as monoculturas dominante da região, principalmente pelo itinerário técnico levantado, a produção de milho pelas famílias está mais relacionada com a autonomia camponesa.

O mesmo, no entanto, não ocorre com a lavoura de feijão. Pelos levantamentos, não há relação entre os diferentes subsistemas “feijão” com outros subsistemas, a não ser com o mercado. Ao contrário, a lavoura de feijão é a grande consumidora de recursos das famílias que possuem nela a sua centralidade econômica.

Na interpretação deste trabalho, a “opção” das famílias pela lavoura de feijão não se dá exclusivamente pela garantia de renda, o que, aliás, se evidenciou inverídico (no ano do estudo houve uma grande queda nos preços da saca de feijão). Muito além disto, se dá pelas forças hegemônicas regionais, que impõe ao noroeste do DF e à região vizinha de Minas Gerais a “tarefa” de produzir boa parte do feijão nacional.

Precisar as formas como o modelo hegemônico determina as lavouras selecionadas necessita de maiores estudos. Entretanto, é possível apontar a rede de atravessadores bem estruturada para a cadeia produtiva do feijão, que facilita o escoamento da produção (LEITÃO; BRISOLA; THOMÉ, 2010). Deve-se observar que a comercialização é um dos principais gargalos identificados pelas famílias, e um dos pontos centrais do relativo êxito da UP 02.

As UPs 02 e 05 são sinais importantes do que pode vir a ser a produção de feijão ligada à autonomia camponesa, não submetida à hegemonia do agronegócio. Em ambas há média ou alta diversidade de variedades de feijões, o que não é sinônimo de produção “amadora” ou secundária. Ao contrário, no caso da UP 02 a produtividade é considerada alta e a comercialização das diferentes variedades garante bom ingresso de renda, sendo mais resistente às variações do mercado. A UP 05 não possui sistema de comercialização, mas demonstra dedicação e produtividade nas inúmeras variedades que cultiva e reproduz, ano após ano.

Além das lavouras principais, o itinerário técnico utilizado pelas famílias é, possivelmente, o mais evidente denunciante do poder da hegemonia que ocupa de forma voraz o “vácuo” criado pela situação de pré-assentamento. Para superar o binômio de dificuldades manejo do solo/fertilidade do sistema, as famílias recorrem à casa agropecuária, que cumpre um papel de aparelho privado de hegemonia⁷, ao prestar uma assistência técnica “forjada”.

Observando-se isoladamente cada itinerário técnico e suas tabelas de despesas de custeio, fica claro o valor destinado para o sistema hegemônico, com a compra de agrotóxicos e fertilizantes químico-industriais. Mesmo vivendo em uma situação de extrema precariedade, com baixa segurança financeira, as famílias são instigadas pelo poder do modelo hegemônico a buscar realizar o itinerário ideal – AIQII.

Segundo Carnoy (1988), para Gramsci, o poder das classes dominantes não reside na violência repressiva ou no poder coercitivo do Estado, mas sim na aceitação por parte dos dominados de uma concepção de mundo que pertence aos seus dominadores. Esta é também a constatação de Freire (1987), ao trabalhar o conceito de oprimido.

Na realidade, ambas as elaborações (gramsciniana e freireana) partem da categoria alienação, a qual surge justamente a partir da atividade produtiva subordinada à lógica do capital. Essa atividade produtiva se torna alienada quando se afasta da sua função de mediar humanamente a relação sujeito-objeto entre ser humano e natureza (MESZÁROS, 2006). Ao contrário, a atividade alienada leva o indivíduo e isolado a ser reabsorvido pela “natureza”, ou melhor, pela naturalização das relações de poder.

Um dos pilares da dominação do modelo hegemônico está, justamente, na garantia da falha metabólica. Em um fenômeno contraditório, ao conquistarem a terra, as famílias do pré-assentamento iniciam um processo de produção alienado – do trabalho e da natureza (FOSTER, 2005) – fortemente influenciado pelos aparelhos ideológicos (como a mídia e, em menor dimensão, os órgãos de assistência técnica e universidades parceiras) e pelo capital comercial local.

A busca do movimento social referência – o MST – em construir uma contra hegemonia se tornou clara nas entrevistas, onde todas as famílias apresentaram certo grau de conhecimento sobre o perigo dos agrotóxicos, por exemplo. Entretanto, o processo de alienação descaracteriza o objetivo, transformando agrotóxico em algo imaterial, um conceito apenas, distante do produto químico adquirido na casa agropecuária. Torna-se uma falseação da realidade. Ao serem perguntadas sobre o “uso de veneno”, as famílias não consideram agrotóxicos, por exemplo, os produtos herbicidas. Um organofosforado passa a ser um “remédio” sem perigo, que combate apenas às doenças, não os animais.

Ao analisar o desenvolvimento do fordismo e da sociedade estadunidense, Gramsci (1978), constata que os novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida. Ao impedir os agricultores de compreenderem o agroecossistema e suas relações ecológicas, complexas, o modelo hegemônico cria as condições elementares para sua consolidação. O controle da consciência é uma área de luta política até maior que o controle das forças de produção (CARNOY, 1988).

O crescimento da lavoura já não está ligado ao ciclo da lua, à fertilidade natural do ecossistema, ao poder das sementes: a natureza conhecida pelo agricultor não é mais determinante. A compreensão sobre uma lavoura que tem todos os “ingredientes” vindos da casa comercial escamoteia a realidade para o agricultor, que passa então a seguir o itinerário imposto pelos aparelhos de hegemonia subordinados ao agronegócio.

A tabela 04 apresenta a sistematização das despesas de custeio das UPs, divididos entre insumos (sementes, adubos, sacaria e agrotóxicos) e serviços (mecanização e força-de-trabalho) contratados. A composição “Insumo” significa o montante do recurso gasto na produção destinado diretamente aos instrumentos do modelo hegemônico, como a casa agropecuária. As duas UPs de TRMP, que justamente são as que possuem um itinerário técnico mais próximo da AIQI, demonstram uma planilha de custos desequilibrada para os “Insumos”.

Entretanto, a UP 02 carece de uma análise mais detalhada. A introdução do elemento “composto orgânico” promoveu uma redução acentuada nos gastos com insumos, o que é imediatamente visível na lavoura de feijão. Esse fato é compensado na lavoura de milho pela aquisição de sementes híbridas (característica singular desta UP) e de sacaria em grande volume, devido à boa produtividade.

Analisando a partir da categoria Metabolismo, o elemento “composto orgânico” retoma o papel do componente animal na unidade produtiva. Ao devolver ao solo a sua fertilidade biológica, o composto torna-se um elemento de ligação entre quase todos os subsistemas, como ilustrado pelo fluxo de insumos da UP 02. Reside, nesta experiência, uma possibilidade de enfrentamento da alienação a natureza – o

Tabela 04: Síntese das despesas de custeio das UPs

	Insumos		Serviços	
	Milho	Feijão	Milho	Feijão
UP 01	75,6%	65%	24,4%	35%
UP 02	72,4%	22,7%	27,6%	77,3%
UP 03	57,8%	40,2%	42,2%	59,8%
UP 04	35,6%	37,4%	64,4%	62,6%
UP 05	36,4%	15,7%	63,6%	84,3%

que se corrobora ao se constatar as características de “observação da natureza” e de “experimentação” que a família possui.

As demais UPs são de TRDMP e nelas o peso maior encontra-se nos serviços. Ao se observar as planilhas de custos detalhadas, verifica-se que é justamente a ausência do meio de produção trator que onera as famílias, já que estas devem, além de pagar um preço mais alto pela hora/máquina, contratar um maior número de diárias.

Considerações finais: possibilidades para um projeto contra hegemônico

Diante da realidade analisada, é importante não perder a dialética componente do método dessa análise. Apesar da atual situação das famílias pré-assentadas, com condições objetivas precarizadas e condições subjetivas desfavoráveis, o gérmen da superação está também nas contradições dessa mesma realidade. No que tange à alienação das famílias, não podemos esquecer que este é um conceito dinâmico: ao mesmo tempo em que produz “consciência alienada”, também produz “consciência de ser alienado”. Meszáros (2006) chega a comparar esse processo como o de duas bolas de sinuca quando se batem – nenhuma se mantém no mesmo lugar após o choque.

Vislumbramos como saída estrutural para as famílias do pré-assentamento: i) o fortalecimento dos elementos do manejo da unidade produtiva que intensificam a autonomia camponesa; ii) a relação campo-cidade planejada e com objetividade. Para essas saídas, identificamos três eixos de ação: a agroecologia, a cooperação e a comercialização.

O binômio manejo do solo/fertilidade do sistema é o alicerce para a hegemonia do agronegócio no local, que em seu confronto com a realidade produz uma forma de ABUIQI. Mas, ao mesmo tempo, por seu elevado custo financeiro (e diante da situação de fragilidade financeira das famílias) é um ponto de debilidade desta mesma hegemonia. Para responder a este binômio, a agroecologia é a alternativa antissistêmica. Duas intervenções agroecológicas podem ser contrapostas ao itinerário técnico hegemônico. A primeira é a inserção de espécies de adubação verde no início do período chuvoso, tais como mucuna (*Mucuna* sp.) ou crotalária (*Crotalaria* sp.), para cobertura verde, iniciando um sistema de plantio direto. Assim, fertiliza-se o solo e controla-se a braquiária, necessitando de uma inversão de capital reduzida e que pode ser escalonada durante uma sequência de períodos produtivos⁸.

A segunda é introdução de animais (bovino, ovino ou caprino) sob o sistema de Pastoreio Racional Voisin (PINHEIRO MACHADO, 2004), o qual, no médio prazo, eleva consideravelmente a fertilidade do

solo e transforma o problema (braquiária) em solução. O principal impedimento desta última é a ausência de recursos, pois necessita de uma considerável inversão de capital, podendo ser orientadora dos investimentos dos primeiros créditos que as famílias acessarem quando da criação do assentamento.

Ainda na questão da fertilidade do sistema, os agrotóxicos, por serem recorrentes, necessitam de atenção especial. Como proposta para enfrentamento, pode-se assumir a estratégia sugerida por GLIESSMAN, (2005): otimização na utilização dos agrotóxicos, substituição por preparados naturais e, por fim, abolição de qualquer tipo de formulado, natural ou industrial. Para otimização, a aplicação do agrotóxico pode ser feita de forma perifocal, atuando exclusivamente nas áreas infestadas. O plantio consorciado também pode proteger mutuamente as plantas, devido aos microclimas criados, e mesmo atrair insetos desejáveis para o controle biológico.

O outro elemento central identificado pelo presente trabalho é a posse de meios de produção, como o trator e o caminhão. A análise das unidades produtivas concluiu que é decisiva a posse destes meios de produção para a utilização da unidade produtiva de forma eficiente. Diante deste fato, a cooperação apresenta-se como uma alternativa para coletivização da produção, distribuindo os benefícios do processo de mecanização e escoamento da produção a todas as famílias.

Não se trata aqui de propor as unidades coletivas, sem propriedade privada. Postular uma propriedade comunal homogênea como superação das relações de propriedade capitalistas alienantes é a-histórico (MESZÁROS, 2006). A negação imediata e direta dessas relações de propriedade não enfrenta a complexidade de inter-relações capitalistas, da qual a relação de propriedade é apenas uma parte, embora importante. Portanto, o que se defende de fato é a coletivização gradual dos meios de produção, com exceção da terra.

Hoje a relação campo-cidade está, de maneira geral, alinhada ao capital financeiro. Para se iniciar um processo contra hegemônico local, é necessário reorientá-la, visando à superação da falha metabólica imposta pelo capitalismo. Assim, deve-se enfrentar a alienação em sua expressão ser humano-natureza, principalmente ao atender as necessidades concretas da classe trabalhadora. Assim, a produção agropecuária do pré-assentamento, por exemplo, será reorientada para a alimentação saudável dos habitantes da região noroeste do DF, bem como as famílias que hoje vivem em periferias insalubres poderão considerar a alternativa da reforma agrária como processo de libertação social e econômica.

Assim, chega-se ao último eixo de ação prioritário, segundo este trabalho: a comercialização. É possível levantar a hipótese que, em se viabilizando a logística de transporte dos produtos e um ambiente para sua comercialização, ocorra com as outras unidades produtivas o que já ocorre na UP 02: a diversificação da produção de toda a unidade produtiva.

Como já levantado em cada UP, os subsistemas secundários possuem potencial evidente, mas a impossibilidade de comercializar suas produções de forma sistemática os mantém em áreas reduzidas, experimentais. Uma estratégia realista de comercialização, aliada à agroecologia e à cooperação pode ser a base para o enfrentamento ao modelo produtivo hegemônico.

Mas, para além do enfrentamento no pré-assentamento Oziel Alves II, a comercialização pode ser a "porta de entrada" para o diálogo entre os diferentes territórios, rural e urbano, da região noroeste do DF. Dois são os caminhos para a comercialização: a institucional (para programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a comercial, baseada em feiras. Ambas devem ser pensadas estrategicamente para essa construção contra hegemônica.

A partir, por exemplo, do estabelecimento de feiras populares, que comercializem alimentos baratos e

agroecológicos para a classe trabalhadora, é possível desenvolver um espaço de reflexão crítica sobre a hegemonia presente em ambas as realidades – rural e urbana. Utilizando-se de processos de agitação e propaganda, Educação de Jovens e Adultos, debates populares, estes espaços podem iniciar um processo de tomada de consciência coletiva, fundamental para a consolidação efetiva de uma proposta contra hegemônica.

A articulação destes três pilares, agroecologia, cooperação e comercialização solidária entre classe trabalhadora e camponesa, pode construir um processo contra hegemônico que, regionalmente, questione o modelo imposto pelas classes dominantes. Além disto, possibilitará a consolidação de uma proposta popular de reforma agrária e do enfrentamento da alienação em sua complexidade, tanto pelos camponeses, quanto pelos trabalhadores urbanos.

Evidentemente, ainda se fazem fundamentais as políticas públicas como ATES e os créditos – apesar de todas suas debilidades. No entanto, esses são instrumentos que devem estar subordinados a uma estratégia planejada de forma democrática pelos movimentos sociais. Elas devem ser potencializadoras da contra hegemonia construída pelo projeto popular.

Notas

1 O coeficiente de Gini é uma clássica medida de desigualdade, geralmente associada à distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir qualquer distribuição. Quanto mais próximo de 1, maior a concentração.

2 A vistoria é um procedimento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, durante o qual a terra é avaliada como produtiva ou improdutiva.

3 A produção agrícola elevada fortaleceu os senhores feudais, os quais possuíam interesses de classe distintos da burguesia (atrelada às rotas comerciais). No entanto, essa contradição entre classes não impedia que a burguesia se beneficiasse do aumento de produção dos feudos e, com isso, dinamizasse o capital comercial emergente na Europa dos séculos XIV e XV.

4 Pluriatividade de fato, não a precarização do trabalho camponês que recentemente está sendo ressignificado com o mesmo termo “pluriatividade”.

5 O que esses autores chamam de Espiral de Cochrane nada mais é do que exatamente a renda diferencial II e seus efeitos de distinção entre os agricultores/proprietários.

6 Aqui entendemos hegemonia como *“uma ordem na qual certo modo de vida e de pensamento é dominante, na qual um conceito de realidade é difundido por toda a sociedade, em todas as suas manifestações institucionais e privadas, estendendo sua influencia a todos os gostos, comportamentos morais, costumes, princípios políticos e religiosos, e todas as relações sociais, particularmente em suas conotações morais e intelectuais”* (CARNOY, 1988).

7 *“os aparelhos privados recebem esse nome pois não são diretamente vinculados ao Estado, são aparelhos de hegemonia criados e mantidos pelos indivíduos, segundo o direito burguês, o que lhes dá*

uma dimensão de autonomia, bastante útil em sua ação ideológica e organizativa." (BARBOSA, 2004, p. 222). Ainda, em Buci-Glucksmann (1980) "*o aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes, o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe.*" (p. 70)

8 Cf. CARVALHO, A. M. **Manejo de aduvos verdes no cerrado**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1999.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BARBOSA, W. org. **Estado e poder político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social**. Goiânia: UCG, 2004.
- BARREIRA, Celene Monteiro Antunes. De como o geógrafo lê a natureza em "O Capital". **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 11, n 1, p. 24-32, 1991.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1988.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Síntese de informações socioeconômicas**. Brasília: Codeplan, 2010.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- FERRANTE, V. L. S. B; SILVA, M. A. M. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**. Vol. 11. São Paulo: UNESP, p 33-51, 1988.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- GONÇALVES, J. S., SOUZA, S. A. M., FERREIRA, C. R. R. P. T. Financiamento da Produção Agropecuária e Uso de Fertilizantes no Brasil, Período 1950-2006. **Informações Econômicas**. V. 38, nº 09, 14-21f, set. 2008.
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. Tese (Doutorado em Economia e Planejamento Econômico), Unicamp. 1980.
- HOWARD. A. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Código Florestal: implicações do PL 1876/99 nas áreas de reserva legal. **Comunicados do IPEA**. n. 96. Brasília: IPEA, 2011.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- KAY, C. Reforma Agrária, industrialización y desarrollo: ¿Por qué Ásia Oriental superó a América Latina? **Debate agrário: analisis y alternativas**. Lima, nº 34, p 45-94, 2002.
- KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- LEITÃO, F. O; BRISOLA, M .V; THOMÉ, K. M. Análise das estruturas de governança adotadas entre produtores rurais e corretores na cadeia produtiva do feijão. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**. Maringá, vol. 3, nº 01, p29-46, 2010.

- LENIN, V. U. **As duas táticas da socialdemocracia na Revolução democrática**. Genebra, 1905. Disponível em <http://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/t09t001.pdf>. Acessado em 20 nov 2010.
- MACHADO, C. T. T.; VIDAL, M. C. Avaliação participativa do manejo de agroecossistemas: indicadores de sustentabilidade. In: **Biodiversidade e Agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: Editora LPM, 103-116p, 2007.
- MAZOYER, M. Relatório de síntese. In: **Colóquio Dinâmica dos Sistemas Agrários**. Paris: INRA, 1987.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2010.
- MESZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOURA, L. H. G. Legislação ambiental aplicada às áreas de assentamentos da reforma agrária: o caso do licenciamento ambiental. Araraquara, **IV Simpósio sobre reforma agrária e assentamentos rurais**, 2010.
- MOURA, L. H. G.; LOMBARDI, A. C. Análise-diagnóstico do sistema agrário do pré-assentamento Oziel Alves II, em Planaltina, DF. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.2, p.3391-3394, 2009
- MOURA, L. H. G. ; LOMBARDI, A. C. Os sistemas agrários no pré-assentamento Oziel Alves II: forças produtivas e manejo da agrobiodiversidade. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de galinhas. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, 2010.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Bases para o PDA do assentamento Oziel Alves II**. MIMEO, 2003.
- MÜNCHEN, E. A. Von. **Karl Marx e Friedrich Engels sobre o direito e o Estado, os juristas e a justiça**. Disponível em <<http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCapa.htm>>. Acessado em 20 mar 2010.
- PAULA, J. A., CERQUEIRA, H.E.A., G, ALBUQUERQUE, E.M. **Ciência e tecnologia na dinâmica capitalista: a elaboração neoschumpeteriana e a teoria do capital**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001.
- PEREIRA, J. R. Terras e reforma agrária. In: WOORTMAN, E. (org.) **Significados da terra**. Brasília: Unb, p.209-253, 2004.
- PINHEIRO MACHADO, L. C. **Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o 3º milênio**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (org.) **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, p. 141-185, 2008.
- REIJNTJES, C., HAVERKORT, B. WALTERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Rio de Janeiro: AS-PTA; Leusden, Holanda: ILEIA, 1999.
- SPCMA - SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE. **Sistematização de agroecossistemas segundo o método diagnóstico-análise de sistemas agrários: percepções críticas**. s/d. MIMEO.
- _____. **O assentamento no centro de nossas ações**. MIMEO, 2007.
- STÉDILE, J. P. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, p. 306-322, 2002.
- TEIXEIRA, G. **A modernização conservadora da agricultura familiar e a agroecologia**. Disponível em <<http://184.107.57.144:10480/quotaAna/ana/ana-site/noticias/a-modernizacao-conservadora-da-agricultura-familiar-e-a-agroecologia/>>. Acessado em 10 abr 2013.